OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Autor(res)

Kiane Follmann Da Silva

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ERECHIM

Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar indicadores sociais que retratam as condições de vida da população brasileira, refletindo sobre os desafios da desigualdade socioeconômica no país. Para tanto, utilizamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em relatórios publicados entre 2023 e 2024.
As análises concentram-se na evolução dos rendimentos da população entre 2012 e 2023, abrangendo aspectos como condições de moradia, renda domiciliar e distribuição por raça/cor. Esses elementos são fundamentais para compreender as disparidades socioeconômicas no Brasil. Dessa forma, buscamos examinar as condições financeiras da população brasileira, a fim de identificar o nível de vulnerabilidade das diferentes classes sociais. Além disso, avaliamos o impacto econômico de políticas públicas assistencialistas sobre a renda dos brasileiros.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é analisar com base nos indicadores sociais da população brasileira compreender o grau de vulnerabilidade da população brasileira, buscando identificar o impacto das políticas públicas na renda das famílias brasileiras vulneráveis socioeconomicamente, bem como identificar quem são esses indivíduos.

Material e Métodos

A pesquisa utiliza como aporte teórico os indicadores presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE. Além disso, demais bibliografias relacionadas a temática da desigualdade social e a Constituição Federal do Brasil de 1988. A construção desses indicadores tem como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE, que permite avaliar os aspectos monetários, complementando a análise com informações referentes a: sexo, cor ou raça, região geográfica, situação do domicílio, grupos de idade, entre outros. Esses indicadores são utilizados internacionalmente, como, por exemplo: Banco Mundial e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Resultados e Discussão

A pesquisa realizada a partir das informações encontradas no relatório do IBGE busca demonstrar o impacto e a relevância que os programas de distribuição de renda possuem para as famílias brasileiras. De modo, que refletem nos dados estáticos coletados, principalmente durante o período da pandemia do COVID-19, em que além do

Bolsa Família foram previstos auxílios emergenciais, como: o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil.

Os dados presentes na pesquisa evidenciaram que as pessoas que vivem em domicílios com os menores rendimentos, os benefícios concedidos pelo governo impactam diretamente na sua renda, principalmente aqueles que se encontram na faixa de ¼ de salário mínimo. Considerando que o salário mínimo do ano de 2023 encontrava-se na faixa de 1.300, as pessoas nessa faixa de renda recebiam por mês em torno de R$ 325, ao mês.

Ao olharmos para as informações sobre as fontes de rendimento domiciliar per capita no ano de 2022 observamos que o trabalho, fica acima de 70% do total ao longo dos anos analisados. A aposentadoria e pensão em 18,1%, benefícios e programas sociais em 3,0% e outras fontes em 4,0% (aplicações financeiras, mesada, pensão alimentícia etc.) (IBGE, 2023).

Quando passamos a considera a renda dos domicílios com os menores rendimentos, no caso de ¼ salário mínimo, podemos visualizar a relevância que possuem os benefícios de programas sociais. Para estes domicílios, os benefícios chegam a compor 44,3% do rendimento total. Já, a renda oriunda do trabalho, fica em torno 45,6%, aposentadorias e pensões, com 17,0% e 13,7%, respectivamente, em 2022 (IBGE, 2023).

Já, os dados apresentados pelo relatório referente ao ano de 2023, encontramos elementos que reforçam ainda mais a relevância que os benefícios sociais possuem para a população que se encontra nessa faixa. No gráfico apresentado, no ano de 2012, os benefícios de programas sociais foram responsáveis por 23,5% da renda dos com rendimento domiciliar per capita de até ¼ de salário mínimo, passando para 42,2% em 2022 e 57,1% em 2023. Para o total dos domicílios, a participação em 2012 e 2023 foi de, respectivamente, 1,5% e 3,7%. (IBGE, 2024).

Os domicílios, no ano de 2023, que recebiam os benefícios encontrava-se 51% nas áreas rurais e 24,5% nas áreas urbanas. Em relação a dimensão de homens e mulheres, 29,0% de mulheres e 26,7% dos homens. A análise pelo critério de raça/cor: pessoas pretas (34,1%), pardas (36,4%) e pessoas brancas (17,1%) (IBGE, 2024).

No ano de 2022 e 2023 podemos observar um crescimento em relação a composição da renda familiar pelos benefícios dos programas sociais. Antes, representava em torno de 44,3% do rendimento total, e no ano seguinte passou para 57,1%, o que demonstra um aumento significativo de famílias brasileiras que passaram a ter sua renda oriunda dos benefícios sociais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que houve esse aumento, ocorreu a diminuição da renda domiciliar per capita originária do trabalho, em 2023 caiu para 34,6% (IBGE, 2024).

Assim, cabe identificar a raiz dessa alteração na composição renda domiciliar per capita, podemos relacioná-la com as alterações nas legislações trabalhistas, maiores flexibilizações nas regras de trabalho, e com isso encontramos um número maiores de trabalhadores na informalidade, tornando as famílias brasileiras mais vulneráveis? Em relação, a estrutura econômica e o mercado de trabalho as tendências observadas no ano de 2022 apontam para uma alteração no perfil dos trabalhadores, os quais passaram em grande parte para a informalidade, na subocupação ou excluídos da força de trabalho (IBGE, 2023). Essas alterações também se acentuaram após a pandemia do COVID-19.

Apesar de encontrarmos na legislação trabalhista brasileira o intuito de garantir a proteção do direito dos trabalhadores, nos últimos anos caminhamos na contramão, pois ocorreram inúmeras flexibilizações nas leis trabalhistas, bem como um incentivo ao trabalho autônomo.

Conclusão

A partir desses recortes, é possível identificar que na região Norte do país concentram-se os domicílios com os menores rendimentos, bem como que as pessoas negras e pardas recebem menos que as pessoas brancas. Essas informações trazem indicativos de que apesar dos impactos positivos dos benefícios sociais na

remuneração dos mais pobres, não são capazes de alterar a realidade que se encontram, e com isso a sociedade e o Estado acabam por não enfrentar as raízes dessas desigualdades, que continuam a se perpetuar ao longo dos anos.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

BRASIL. Ministério das Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher-RASEAM.Disponível:<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam >. Acesso em: 10 out, 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Programa Pro Equidade de Gênero- 7º Edição. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/7a-edicao>. Acesso em: 03 fev, 2024.

BRASIL. Lei 14.611 de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres. Presidência da República. Brasília, DF. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm>. Acesso em 09 fev, 2025

JACCOUD, Luciana. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (Orgs.). Políticas Sociais, cidadania e desenvolvimento. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. (Coleção Projetos para o Brasil, v. 2). Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/04/PoliticasSociais-Vol02.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023, Rio de Janeiro. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 09 fev, 2025.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024, Rio de Janeiro. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 09 fev, 2025